

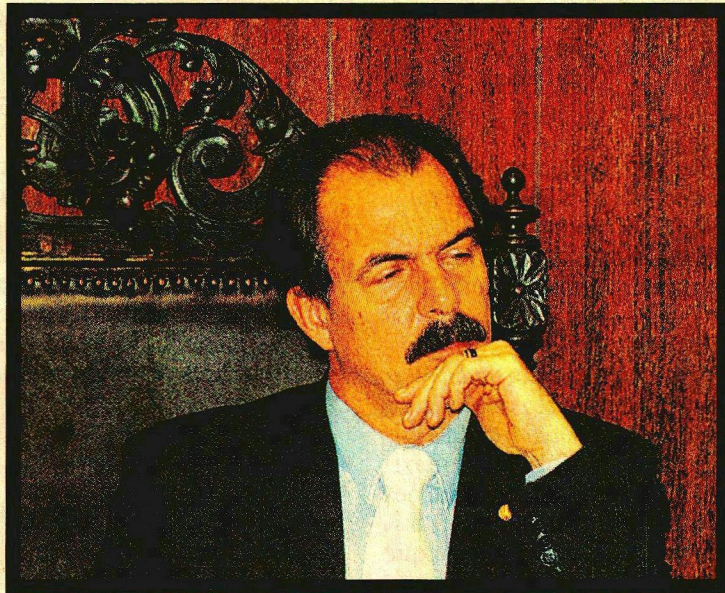
Ministros, políticos e empresários conversam sobre proposta de pagar todas as despesas do governo. Mas nada pode ser feito agora

Sem decisão sobre déficit

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Carlos Moura/CB/20.4.05



MERCADANTE, SENADOR: PROJETO DE DELFIM NÃO É O MELHOR CAMINHO

A proposta do deputado Delfim Netto (PP-SP) de zerar o déficit nominal nas contas do setor público, o que implicaria maior arrocho fiscal, obteve praticamente um consenso entre os empresários e parlamentares presentes ao jantar para debate da tese anteontem. A única voz dissonante foi a do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Apesar do entendimento, todos os participantes ressaltaram que o plano pode ter dificuldades de aprovação no Congresso nesse momento de crise política.

O conceito de resultado nominal das contas públicas considera as receitas e despesas do governo, incluindo o pagamento de juros sobre a dívida pública do Tesouro Nacional. No ano passado, houve um déficit nominal equivalente a 2,66% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, depois de toda a economia de recursos, ainda faltaram R\$ 47 bilhões em juros a serem pagos, o que aumentou a dívida. A idéia que o governo vê com simpatia, agora, é aumentar a economia de recursos para pagar toda a conta de juros, zerando o déficit nominal.

O objetivo da proposta é reduzir a dívida pública e, assim, abrir espaço para uma taxa de juros menor, o que pode incentivar o crescimento econômico. É nisso que os empresários apostam. "O país precisa de uma redução forte na taxa de juros, de um enfrentamento da questão dos gastos públicos e pagar todas as despesas, incluindo a de juros da dívida. A proposta é boa e deve ter o apoio do empresariado", disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou, entretanto, que a queda dos juros não será automática depois do corte de gastos.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), a proposta do déficit zero é "importante, pertinente, relevante e oportuna", e houve convergência sobre ela no jantar. O empresário, entretanto, afirmou que todos os participantes mostraram dúvidas quanto à sua viabilidade política neste momento de turbulência no governo e no Congresso. "Há um longo caminho político a percorrer. A proposta deve ser mais bem explicada para a sociedade", disse.

ENTENDA A PROPOSTA

Os pontos básicos da discussão

- 1) Desvincular a obrigatoriedade de despesas sociais por meio de PEC (projeto de emenda constitucional)
- 2) Fazer um corte de despesas drástico
- 3) Não aumentar a carga tributária
- 4) Conseguir pagar os juros da dívida sem emitir novos papéis, somente com o resultado do governo
- 5) Reduzir a relação dívida/PIB para um patamar de 30%

O QUE É

Resultado primário

Diferença entre as receitas e as despesas, excluindo juros, de União, estados e municípios. Na prática, é a parcela da arrecadação destinada ao abatimento da dívida pública

Resultado nominal

Diferença entre o gasto com juros e o resultado primário, normalmente negativa no Brasil e, por isso, chamada de déficit público

OS NÚMEROS

O resultado do governo nos últimos anos

Em % do PIB

Ano	Primário	Gasto com juros	Nominal
2003	4,25	7,87	-3,62
2004	4,59	7,07	-2,48
2005*	4,25	7,85	-3,6

*Previsão do Banco Central

Fontes: deputado Antonio Delfim Netto (PP-SP) e Banco Central

Sem compromisso

Segundo o relato de participantes, Palocci não quis se comprometer com a tese de Delfim Netto, embora tenha elogiado a discussão de metas de longo prazo. Palocci não divulgou o tamanho do esforço fiscal que deveria ser feito para saldar toda a conta de juros. Economistas calculam que o superávit primário deste ano teria que crescer dos 4,25% do PIB projetados para algo entre 4,75% e 5%. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, admitiu que uma equipe técnica do ministério está mesmo montando um proje-

to com novos objetivos fiscais.

Na única crítica técnica à proposta, o senador Aloizio Mercadante afirmou que definir uma meta de déficit nominal zero num período de quatro ou cinco anos, como propõe Delfim, não é "o melhor caminho". Segundo ele, determinar esse objetivo na Constituição poderia "engessar" a política econômica. "Esse objetivo pode ser alcançado dependendo da conjuntura econômica e do controle fiscal. Mas partir com essa meta a priori não me parece o mais adequado", disse. As centrais sindicais serão chamadas a discutir a idéia.